

III Jornadas Ibéricas de Educação Social

Conflitos sociais: discursos, representações, estratégias de mudança



Livro de atas

Bragança 26 e 27 de novembro de 2015

Painel 3 - Dinâmicas sociais e estratégias de mudança

A formação dos educadores sociais: reflexividade e capacitação para a mudança

Francisco Silva - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém
(Portugal)

Leonor Teixeira - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém
(Portugal)

Lia Pappamikail - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém
(Portugal)

Luísa Delgado - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém
(Portugal)

Marta Tagarro - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém
(Portugal)

El atractivo que brinda la oportunidad de observar en modo directo una realidad a veces deslumbra, recordándonos que la vivencia de una experiencia no es la verdadera fuente de conocimiento, el aprendizaje se deriva de una reflexión cuidada e detenida sobre ella (Calvo, 2013, p.16).

Introdução

As sociedades contemporâneas, e a portuguesa em particular, têm atravessado tempos pautados por dificuldades e constrangimentos económicos que vieram, em larga medida, acentuar vulnerabilidades e conflitos sociais. Nessa medida, a existência de profissionais capazes de atuar nesses contextos, como são os educadores sociais, torna-se especialmente necessária e premente. Contudo, são inúmeros os desafios que, na prática, os educadores sociais enfrentam, em parte pela diversidade e complexidade das situações vividas, e pela impossibilidade de se recorrer a manuais de procedimentos tipificados.

A formação destes profissionais deve, pois, proporcionar condições para o desenvolvimento das competências necessárias para intervir adequadamente numa diversidade de situações, permitindo simultaneamente uma capacidade sensível de leitura crítica do(s) contexto(s) e do(s) sujeitos e de um conjunto de habilidades técnicas e

científicas que lhes permitam, quando inseridos profissionalmente, promover processos de mudança. O alcance das mudanças é ele próprio variável mas sempre importante: desde a pessoa singular aos grupos, das instituições às políticas, do nível micro ao nível macro. Simultaneamente deve refletir sobre a própria prática, expressão maior de um posicionamento ético e deontológico consolidado.

Neste artigo, propomo-nos examinar uma proposta de formação assente justamente nestes pilares: reflexividade, pois o educador social deve estar ciente do mundo que o rodeia e do seu lugar nele; reportório de competências técnicas e científicas sólidas, enquanto ferramentas de um agir fundamentado; e posicionamento ético e deontológico como base da identidade profissional enquanto Educador Social. Procura-se ainda, através de uma reflexão retrospectiva e prospetiva, pensar criticamente o modelo e a prática formativa dos educadores sociais; esta reflexão assume especial importância por se considerar que o espaço de formação representa um importante espaço de construção (sempre dinâmica) da sua identidade profissional. Em síntese, para esta reflexão trazemos sobretudo um conjunto de perspetivas que têm resultado da experiência na formação dos educadores sociais na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, e da partilha dessa experiência em redes de formação e prática profissional, nomeadamente em projetos ou iniciativas em torno da Educação Social.

1. Mudança e continuidade em Portugal: crise(s) e vulnerabilidades

Portugal foi palco, nas últimas décadas do séc. XX, de notáveis mudanças políticas, económicas e sociais. Sem pretender de forma alguma a exaustão, salienta-se em termos políticos a consolidação do sistema político e democrático parlamentar e em termos económicos a abertura da economia ao exterior, designadamente a países da Europa. Portugal integrou a então Comunidade Económica Europeia em 1986 e adotou o euro como moeda única no início do séc. XXI. A acompanhar as mudanças políticas e económicas, observaram-se, então, assinaláveis mudanças no tecido social: um mercado envelhecimento da população, concomitantemente com a diminuição da natalidade e com o aumento da esperança média de vida; a diminuição da dimensão das famílias e o surgimento de novas formas de família; a integração das mulheres na população ativa, passando mesmo a ser maioritárias em alguns setores, como a saúde e a educação. No que respeita ao emprego, assinala-se o facto da maioria dos trabalhadores por conta de outrem terem, então, um contrato permanente e o facto de Portugal, nos anos 80 e 90, integrar o

grupo de países europeus com a mais baixa taxa de desemprego, apesar dos trabalhadores portugueses auferirem as remunerações mais baixas da Europa. Portugal vai-se aproximando dos padrões da Europa, em termos de bem-estar coletivo e individual, registando-se desenvolvimentos significativos no que respeita ao acesso à proteção social, à saúde e à escola pública. No entanto, apesar dos avanços, persistiam (e ainda persistem) as baixas prestações sociais, as elevadas taxas de abandono escolar e saída precoce do sistema educativo e as dificuldades do sistema público de saúde responder com a temporalidade desejada às necessidades dos cidadãos (Barreto, 2002).

Apesar do assinalável desenvolvimento ocorrido, Portugal apresenta-se na primeira década deste século como um país marcado por profundas disparidades e desigualdades no que respeita à distribuição de rendimentos. Em 2007, Portugal integrava o segundo grupo de países (a par da Roménia, da Bulgária e da Letónia) em que a distribuição de rendimentos era mais desigual. Portugal apresenta-se ainda como um país onde, por um lado, os níveis de rendimento *per capita* são bastantes distantes dos verificados em termos médios nos países da União Europeia, e por outro, se observam disparidades significativas entre a população que afigura maiores e menores rendimentos, o que nos remete para um quadro de marcadas assimetrias e desigualdades sociais. Com efeito, apesar de entre 1997 e 2007, as desigualdades de rendimentos entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres terem registado uma ligeira diminuição, o quadro geral de distribuição de rendimento em Portugal manteve-se (Carmo, 2010). No que respeita à taxa de risco de pobreza, em 2007, a percentagem da população portuguesa que se encontrava em risco de pobreza era de 25%, isto é, semelhante à que se verificava em termos médios na União Europeia e mostrou na primeira década deste século uma tendência descendente. Alguns grupos sociais mostravam-se no entanto mais vulneráveis, registando-se nesses grupos uma maior taxa de risco de pobreza: os mais novos e os mais idosos, as mulheres, os menos escolarizados, os desempregados e as famílias monoparentais são os grupos onde se observa uma maior incidência da taxa de pobreza (Carmo, 2010).

Desde o início da crise financeira e económica mundial, em 2008, têm sido vividas em Portugal, dificuldades acrescidas. A crise teve um forte impacto no mercado de trabalho, registando-se uma significativa perda de postos de trabalho, que se agravou com o programa de assistência financeira, começado em 2011 e cujos efeitos ainda se fazem sentir. Os jovens foram particularmente atingidos, observando-se particulares dificuldades em aceder a um posto de trabalho e o manter. Em 2013, a taxa de desemprego

no grupo etário dos 15 aos 24 anos ultrapassou os 37%, sendo superior a 40% entre as mulheres jovens (OIT, 2013). Paralelamente, implementaram-se medidas fortemente penalizadoras das condições de vida dos portugueses com cortes salariais na função pública, aumento de impostos, o congelamento do salário mínimo nacional e a descida acentuada do valor das prestações contributivas (como a de desemprego) e não contributivas (como o RSI), limitando-se simultaneamente a duração e as condições de acesso a estes apoios. De facto, no caso dos apoios a situações extremas de exclusão social, num tempo em que aumentaram as dificuldades financeiras, verificou-se uma paradoxal diminuição na atribuição do RSI: beneficiavam em 2010 desta prestação um total de 276717 indivíduos, ao passo que em 2015 restavam apenas 149502 (OIT, 2013).

Todos estes fatores concorreram para a diminuição do rendimento médio das famílias (em particular das famílias com crianças pequenas) e para o aumento do risco de pobreza em todos os grupos sociais, com particular destaque para os idosos e as crianças. A emigração apresentou-se, para os jovens em particular, como a “saída” para as dificuldades vividas, drenando significativamente a população ativa e em idade fértil, contribuindo secundariamente para o envelhecimento da população portuguesa e para adensar as tensões no contrato social. Este assenta no princípio da solidariedade intergeracional, num contexto em que são as gerações em idade ativa que contribuem para a manutenção do sistema de pensões e reformas. Quando aos mais jovens é negado ou dificultado o acesso ao mercado de trabalho, é pois toda o modelo de organização social que é posto em causa.

O problema do desemprego, apesar de afetar particularmente os jovens, apresenta-se como um problema transversal que atinge o conjunto da população. Desde o final de 2008, e com particular incidência entre 2011 e 2013, que a taxa de emprego (proporção de indivíduos em idade ativa com emprego) desceu em Portugal, 8 pontos percentuais (sendo a redução média ao nível da UE-27 de apenas 2%). A seguir à Grécia e à Espanha, Portugal surge como o país da UE-27 onde se observou a maior queda da taxa de emprego. A queda do emprego foi, conforme já referido, acompanhada por um aumento significativo do desemprego. Entre 2008 e 2011, quando da adoção do programa de assistência financeira, a taxa de desemprego aumentou quatro pontos percentuais e subiu mais cinco pontos percentuais entre 2011 e 2013, ano em que começou a estabilizar. No grupo dos jovens, entre 2008 e 2013, a taxa de desemprego duplicou (37,4%), tendo também duplicado (13 187) o número de casais em que ambos os membros se

encontravam desempregados (OIT, 2013). Relativamente ao desemprego, sobressai o desemprego de longa duração (percentagem de indivíduos em busca de emprego que se encontram sem trabalho há mais de um ano), com um aumento de 48,2 por cento em 2008, para 56 por cento em 2013; os que “perdem” o emprego têm maiores dificuldades em voltar a encontrar um lugar no mercado de trabalho (OIT, 2013). Apesar da ligeira recuperação nestes indicadores nos últimos anos, estamos longe de atingir os patamares pré-crise. Mais, para a situação social concorrem não só a quantidade de empregos disponíveis e acessíveis, mas também a sua qualidade, subsistindo vínculos precários e baixos salários.

Com efeito, entre os que exercem atividade, realça-se a situação dos “falsos recibos verdes”, os trabalhadores temporários e os trabalhadores a tempo parcial. Muito sinteticamente, os “falsos recibos verdes” são os chamados trabalhadores por conta própria “dependentes”, que são formalmente independentes, mas que, em muitos casos, trabalham exclusivamente para uma empresa em regime de subcontratação, encontrando-se, objetivamente, numa situação de dependência económica e pessoal face à mesma, assumindo o trabalhador todos os riscos da atividade, estando limitados no acesso aos direitos laborais em condições de igualdade ou equivalente aos demais trabalhadores (licença de maternidade, subsídio de férias e de doença, indemnização por despedimento e subsídio de desemprego). Relativamente ao trabalho temporário e a tempo parcial, tanto um como o outro, cresceram, e apresentam valores superiores à média europeia. O que nos parece importante salientar é que estas formas de trabalho não representam, para um número muito considerável de trabalhadores, uma escolha, mas uma situação em que se encontram involuntariamente (a única saída que têm num mercado de trabalho cada vez mais complexo, exigente e excludente), o que configura, situações de elevada precariedade, mesmo entre os que se encontram a trabalhar, contribuindo para a consolidação de fenómenos como os “working poors” (trabalhadores pobres) (Costa, Baptista, Perista & Carrilho, 2008).

Em suma, traçado em linhas necessariamente largas um retrato de algumas das dificuldades vividas na sociedade portuguesa nos últimos anos, verifica-se a persistência de necessidades sociais associadas à pobreza «tradicional» (baixos padrões de escolaridade e qualificação, idosos isolados, contextos rurais), assim como se regista a emergência de novos perfis de necessidades sociais junto de grupos anteriormente mais protegidos de situações de carência e dificuldade (padrões de qualificação superior,

contextos periurbanos e urbanos, jovens e adultos). Uma tal situação social representa, por isso, um conjunto de desafios à intervenção social, nunca como agora tão necessária, mas ela própria sujeita às dificuldades que afetam aqueles que pretende servir. Uma intervenção que deve contribuir - com a sua ação estruturada, fundamentada e perene - para processos de capacitação individual e grupal no sentido da mais plena inclusão social.

2. Educação Social, perspectivas e desafios sobre a formação e a construção de uma identidade profissional

A partir da reflexão e análise sobre o nosso percurso na formação e desenvolvimento do perfil dos educadores sociais, deparamo-nos com alguns desafios na construção e afirmação da identidade profissional dos educadores sociais, nos quais reconhecemos potencialidades e constrangimentos indissociáveis das transformações sociais e tendências identificadas no ponto anterior. Partilhamos então um conjunto de apontamentos que resultam sobretudo, como já referimos, de um olhar sobre essa experiência e da participação mais alargada em contextos de divulgação ou discussão sobre a educação social⁴, também informado pelos processos institucionais de avaliação. Inevitavelmente, (re)encontramos em muitas destas pistas que sobressaem desse olhar sobre a experiência, os argumentos ou perspectivas enunciadas na discussão teórica do saber profissional da educação social, e em particular sobre o(s) lugar(es) que se abre(m) ao educador social face às mudanças do tempo contemporâneo. Como justamente refere Isabel Baptista, “Dotados de um saber pedagógico especializado e apoiados em leituras mais integradas da realidade, os educadores sociais encontram-se em posição privilegiada para fazer subordinar as interpelações da nossa contemporaneidade ao lado mais luminoso da condição humana” (Baptista, 2011, p.39).

Dito de outro modo, pareceu-nos pertinente, retomando o mote deste encontro, questionar que problemas e que desafios aquelas tendências de mudança vêm colocando à Educação Social?

⁴ Tivemos já oportunidade de expor algumas destas reflexões em algumas iniciativas, como seja no IV Congresso Internacional de Educação Social promovido pela APTSES – Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social, em colaboração com a ESES, ou nas III Jornadas de Educação Social - organizadas pelo ISCE – Instituto Superior de Ciências Educativas.

Desde logo, emergem um conjunto de aspetos na implantação da área da educação social que, no caso particular da nossa experiência, indiciam de facto o confronto com a evolução dos contextos e políticas. A emergência de novas oportunidades para a inserção profissional dos técnicos superiores de educação social, parece vir sendo proporcionada a partir, tanto do desenvolvimento da economia social, que crescentemente procura profissionais qualificados, como do aumento recente dos fenómenos de pobreza e exclusão a que fizemos referência. Estas circunstâncias têm vindo a criar oportunidades para os educadores sociais, que atuam tanto a jusante (reparando) como a montante das vulnerabilidades sociais (promovendo a prevenção, a formação e a capacitação), o que pode contribuir para a captação de novos públicos e para fortalecer pertinência deste perfil profissional. Ao nível da nossa experiência na ESES, um indicador relevante tem sido a procura, por parte das instituições locais, regionais e nacionais, de estudantes com quem mantiveram contacto durante os estágios curriculares, resultante da crescente profissionalização da intervenção social, o que valoriza a formação e pertinência do educador social. Acrescente-se ainda o reforço das solicitações por parte de instituições locais para desenvolver projetos socioeducativos, dando resposta a necessidades sociais emergentes. Mas, simultaneamente, o desinvestimento do estado nas políticas públicas de apoio social a pessoas e instituições com intervenção na área, tem colidido com a necessidade sentida pelas instituições de mais e melhores técnicos, nomeadamente na área da Educação Social. Propomo-nos, então, categorizar sob duas perspetivas diferentes os reptos que temos vindo a identificar.

Em primeiro lugar, destacaríamos os dilemas e estímulos que vimos reconhecendo no plano da formação, e que respeitam: ao aprofundamento dos percursos de formação dos educadores sociais, ao reforço das ligações entre os contextos de prática e de formação, e às dinâmicas de implantação que podem ser reequacionadas e impulsionadas no âmbito das próprias escolas de formação.

Face à relevância, já amplamente reconhecida, que a formação contínua dos educadores sociais pode assumir (Romans, Petrus & Trilla 2003) e à tendência que estes vêm demonstrando para essa vontade de continuidade e de desenvolvimento da formação, vem sendo exigido o reforço de modalidades de formação na área numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida. Houve já oportunidade de introduzir (Teixeira, 2014) algumas pistas reflexivas sobre em que medida através da diversificação de contextos

formativos, se poderá promover a especialização, a adaptabilidade e a reconfiguração dos respetivos percursos profissionais.

A manutenção de elos entre as instituições formadoras e os profissionais vem-se revelando também fundamental, proporcionada em particular pela dimensão da formação profissionalizante. É nossa convicção que a sinergia entre os universos da prática profissional e da formação, pode conciliar condições quer para a recriação de testemunhos e contributos mútuos de dignificação da formação e da profissão, quer para a formação penetrar o quotidiano e a cultura da profissão.

Nos estudos sobre a problemática das ligações entre formação e emprego, nomeadamente sobre o valor e significado do diploma no ensino superior, tem vindo a emergir a relevância do estudo dos efeitos que os modelos de formação privilegiados têm sobre a inserção profissional dos graduados (Felouzis, 2003, cit. por Alves, 2010) e que poderão influenciar o desenvolvimento de competências para o desempenho profissional dos diplomados (Vaatstra & Vries, 2007). As escolas de formação, não podem alhear-se também do papel que lhes cabe de serem motor da partilha e análise mais sistematizada de experiências de formação dos educadores sociais, das conceções e modelos subjacentes. Desde logo, a inevitabilidade de integrar a reflexão sobre as transformações que os próprios sistemas de ensino superior, num sentido mais amplo, têm vindo a sofrer, configurando novos contextos de ensino-aprendizagem, e considerando a discussão em contexto europeu (Calvo, 2011).

Encaramos como incontornável a necessidade de uma reflexão que permita consolidar eixos de formação dos educadores sociais, sem perder de vista a identidade, a história e o património de cada curso e que, por isso, não tem que dar lugar a uma homogeneização descaracterizada e que não responda à necessidade da educação social se afirmar também pelas circunstâncias particulares dos contextos de formação e intervenção em que opera (Sánchez, 1994). Mas que poderá permitir um trabalho de reflexão, aperfeiçoamento e consolidação de um perfil de formação, no qual se vem reconhecendo particularmente o lugar da educação não formal, no desenvolvimento de conceções sobre os sujeitos, as práticas e os processos socioeducativos (Gohn, 2009). Para alimentar e monitorizar esse processo de reflexão, um repto que vem sendo apontado será a pertinência do desenvolvimento de investigação articulada entre as comunidades académicas e profissionais, nomeadamente de análise sobre a experiência prática e os